

País terá plano de estabilização

BRASÍLIA — A equipe econômica está preparando um plano de estabilização para o período de um ano, a começar em junho próximo. Este plano conterá metas de política monetária (expansão da base e meios de pagamento); política fiscal (projeção de déficit, eliminação de subsídios e dívida pública interna); política cambial; política salarial e política de preços. O plano deve estar traçado e aprovado pelo Presidente José Sarney antes da vinda da missão do FMI ao Brasil, prevista para 29 de março, segundo informou um importante assessor da área econômica.

A vinda da missão está, inclusive, condicionada à definição deste plano, segundo o informante. "Não tem sentido a missão vir aqui sem que tenhamos nenhuma definição sobre as decisões de política econômica", disse ele. A ideia é antecipar as medidas, contidas no plano, que constarão da carta de intenção do Brasil ao FMI. Ao contrário do que sempre aconteceu, no Governo passado, agora a equipe econômica quer partir para a ofensiva, apontando diretrizes políticas e, se necessário, negociando as metas que o Fundo julgar imprescindível, a exemplo do que fez a Argentina.

A necessidade do plano ficou patente durante visita de técnicos brasileiros ao FMI, quando ficou claro que a série de indefinições sobre o futuro da economia brasileira inviabilizaria qualquer acordo com o Fundo. A maior incógnita para a equipe econômica, da qual dependem as demais decisões, é o que o Presidente vai decidir sobre os salários do setor público.

O corte das despesas de pessoal vai balizar os demais cortes que, por sua vez, determinarão o grau de aperto da política monetária. Se, por exemplo, for obtido um corte considerável no déficit público, a política

Pacote inclui corte de gastos e reajuste de preços mais lento

1 Cortes drásticos nas despesas previstas no Orçamento da União. Ainda dentro da política fiscal, serão eliminados todos os subsídios existentes, até dezembro;

2 Política cambial — Prática de desvalorizações reais do cruzado, de forma a incentivar a exportação de eventuais excedentes de oferta do mercado interno e equilibrar o balanço de pagamentos (contas externas);

3 Crescimento econômico — O desempenho da economia dependerá do êxito das exportações, porque a alteração da política salarial provocará queda na demanda e desaquecimento econômico interno;

4 Política de preços — O controle permanecerá com maior rigor e espaçamento possível. Caso o Governo opte por uma política salarial de reajustes menos frequentes, a política de preços será compatível com o crescimento dos salários;

5 Política monetária — Com a fixação de metas rígidas para emissão de moeda, títulos e crédito interno líquido (financiamento interno e externo do Governo), a execução monetária visa inviabilizar o aquecimento da demanda interna e, conseqüentemente, a inflação. O patamar dos juros reais dependerá do nível do déficit, pois com um endividamento elevado, o Governo não poderá trabalhar com taxas elevadas, para não agravar ainda mais sua situação financeira.

monetária poderá ser mais austera e restritiva, pois os juros elevados não terão maior impacto sobre a emissão de novos títulos públicos.

A política cambial será utilizada para incentivar as exportações, em maior ou menor grau, dependendo do comportamento da demanda interna, de forma a aproveitar os excedentes e sustentar o crescimento econômico interno. Nesse esboço de

política econômica, o crescimento do produto vem em segundo plano. Diante da necessidade de conter o déficit via redução dos salários, fica claro que o impacto da queda do poder aquisitivo será negativo para a demanda interna e, conseqüentemente, para o crescimento econômico. O desaquecimento, no entanto, poderá ser minimizado com o incentivo às exportações, como ocorreu no Governo passado.